

Negociações Frelimo-Renamo têm encontro em Lisboa

Expresso

20/10/84

O PROCESSO de pacificação em Moçambique, que, em 3 de Outubro, entrou numa nova fase, com negociações a decorrer em Pretória, fez, esta semana, «escala» em Lisboa. Na capital portuguesa, estiveram Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, e Evo Fernandes, secretário-geral da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana). O primeiro para conversações com o seu homólogo português, Jaime Gama, o segundo para, de acordo com uma fonte ligada ao movimento rebelde moçambicano contactada pelo EXPRESSO em Pretória, um encontro com um membro do Governo.

Fontes geralmente bem informadas adiantaram entretanto, em Lisboa, que o «ministro do PSD»

— que segundo o informador ligado à Renamo teria combinado telefonicamente (para Pretória) o encontro com Evo Fernandes — seria o vice-primeiro-ministro e titular da Defesa, Mota Pinto.

Contactado através do seu gabinete, Mota Pinto desmentiu esse encontro, considerando tais afirmações «completamente falsas» e sublinhando nunca ter tido qualquer espécie de contacto com a referida pessoa, que «nem sequer conhece».

Ontem à tarde, Joaquim Chissano informou Jaime Gama sobre a forma como o seu Governo encara as conversações de Pretória, na fase actual e num futuro próximo. A Comissão Tripartida (Maputo-Pretória-Renamo), criada a 3 de Outubro, deveria ter reunido

quarta-feira, mas o encontro foi adiado para ontem, desconhecendo-se se por ausência de Evo Fernandes, chefe da delegação rebelde. A interrupção dos trabalhos da Comissão Tripartida foi outro dos temas abordados no encontro Chissano-Gama, combinado previamente na ONU e confirmado esta semana.

«Portugal apola e continuará a acompanhar de perto o processo de paz na África Austral», disse ao EXPRESSO o porta-voz do MNE, Miguel Almeida Fernandes. E acrescentou: «São conhecidas as nossas posições quanto ao 'apartheid' e a nossa amizade em relação a Moçambique.»

O mesmo informador fez questão de sublinhar que o nosso país «não é signatário do acordo de

Nkomati, apesar das relações diplomáticas que mantém com os Estados seus subscritores». Os países da região, disse, «devem ser os intervenientes activos na resolução dos problemas bilaterais. Quaisquer ingerências ou envolvimento despropositados poderiam ser prejudiciais», frisou.

Lisboa «anula» viagem de Botha

Durante a semana, Jaime Gama fora chamado a pronunciar-se sobre a visita que o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, teria pretendido fazer a Lisboa, no passado fim-de-semana. A notícia

(Continua na pág. 15)

Contacto português da Renamo

(Continuação da pág. 1)

adiantava ser intenção de Botha comunicar a Jaime Gama os resultados das conversações de Pretória. O ministro de Pretória estava já preparado para partir para Lisboa, quando recebeu uma nota do MNE a dizer que, de momento, a sua visita não seria conveniente. Na altura, o porta-voz do MNE não confirmou nem desmentiu a existência de uma nota a «Pik» Botha.

Fontes em Pretória adiantaram entretanto, que a projectada visita do ministro sul-africano se relacionaria com o convite feito a Evo Fernandes «por um membro do Governo português», pretendendo «Pik» Botha encontrar-se com Almeida Santos e com um industrial que, em tempos, empregou o actual secretário-geral da Renamo e o seu ex-porta-voz em Lisboa, Jorge Correia.

Contactado pelo EXPRESSO, o ministro de Estado Almeida Santos desmentiu «categoricamente» que um encontro com o titular dos Estrangeiros de Pretória tivesse alguma vez estado nas suas previsões.

Ainda quanto ao «não» de Lisboa a Botha, uma fonte diplomática adiantou que o ministro sul-africano não seguira os canais ha-

bituais em tais casos, quase se limitando a informar que vinha a Portugal. O encontro com Jaime Gama seria, segundo a mesma informação, uma espécie de cobertura para os outros dois.

Por seu turno, o embaixador de Pretória em Lisboa deslocou-se ontem, ao fim da tarde, ao MNE e não é de excluir que Jaime Gama, que antes se reunira com Joaquim Chissano, lhe tenha transmitido uma mensagem que o ministro moçambicano tivesse querido deixar.

O delicado «contacto» português

A passagem, concretizada ou projectada, por Lisboa, de elementos directamente implicados na tentativa de pacificação em Moçambique provocou sobretudo especulações e inquietações, mas também mal-entendidos, que alastraram a Maputo e Pretória, em especial o alegado encontro Evo Fernandes-Mota Pinto.

Observadores portugueses consideram que, se tivesse tido lugar, tal reunião poderia prejudicar todo um processo «arduamente prosseguido» de manutenção de

boas relações com Moçambique. Encarada como a única possível (pelo menos na fase a que já se chegou), por alguns sectores, ela é porém criticada por outros meios como o «perder de um combolo», cujo destino, dada a complexidade dos interesses envolvidos, é ainda difícil de destrinçar. Observadores diplomáticos pensam entretanto que, na projectada viagem de «Pik» Botha a Lisboa, o encontro com Jaime Gama poderia não ser tão lateral como isso. Tratar-se-ia, segundo esta versão, de envolver Portugal num processo que se azeverou mais complexo do que inicialmente teria parecido à África do Sul. Mas, ainda que a posição oficial portuguesa pudesse alterar-se, isso só teria razão de ser em função de um convite formal de Maputo, o que até à data não se verificou, salientam os mesmos observadores.

Na capital moçambicana, o hipotético encontro de Evo Fernandes com um ministro português foi considerado uma ameaça às boas relações entre os dois Estados. Em Junho passado, o presidente Samora Machel denunciou aquilo a que chamou uma conspiração contra o seu país, envolvendo «círculos saudosistas do colonialismo», expressão entendida

como uma referência a certas personalidades políticas portuguesas.

Irritação e pressões

Em Pretória, de acordo com um observador bem colocado junto ao Governo sul-africano, «o contacto português existe e está a irritar os membros da Comissão, que pensam que isto pode pôr em causa os trabalhos que estão a decorrer». Círculos portugueses já citados não consideram esta posição contraditória com a tentativa de envolvimento de Portugal: o «contacto», salientam, não se processa a nível oficial.

Nas suas declarações formais, o Governo sul-africano limitou-se a dizer que garantia que as conversações ainda prosseguissem esta semana, embora «a situação fosse extremamente delicada» facto que veio a verificar-se, apenas com uma ligeira alteração. Após a chegada a Pretória, do ministro moçambicano Jacinto Veloso, na manhã de ontem, os contactos prosseguiram apenas a nível bilateral, dada a ausência da delegação da Renamo, prolongando-se até à noite.

Jornalistas sul-africanos consi-

preocupa Moçambique

deram a atrás referida posição do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Louis Nell, chefe da delegação de Pretória à Comissão Tripartida, «um sério aviso à Renamo para que regresso à mesa das conversações». Sem isto, disse-nos um redactor do «Rand Daily Mail», o Governo «fará uso dos meios com que activou as acções armadas no interior de Moçambique para pôr fim ao conflito».

«A cauda não faz abanar o cão»

«A cauda não faz abanar o cão», comentou um outro observador de Pretória, referindo-se às declarações de Evo Fernandes à agência noticiosa UPI sobre o seu regresso à capital sul-africana estar condicionado a uma clarificação da posição do Governo de Moçambique. Numa aparente confirmação desta apreciação, um comunicado Maputo-Pretória, emitido ao fim da tarde de ontem, afirmava que a Comissão «voltaria a reunir em breve, com todas as suas partes». Uma fonte próxima do Governo sul-africano su-

blinou entretanto que a declaração «não envolve qualquer concessão às declarações feitas, esta semana, por Evo Fernandes».

O secretário-geral da Renamo, que, de Lisboa, seguiu para Genebra, declarou, em entrevista à correspondente da Radio-France Inter nesta cidade, na quarta-feira, que as conversações de Pretória «estão apenas suspensas por Jacinto Veloso ter afirmado que o Governo de Maputo não negocia com a Resistência Moçambicana».

Evo Fernandes partiu de Pretória, num momento em que, segundo elementos ligados à Comissão Tripartida pelo lado sul-africano, «se estavam a discutir datas concretas». Aparentemente, a Comissão estaria a dar prioridade aos aspectos técnicos ligados ao fim do conflito, relegando para segundo plano as condições impostas pela Renamo para cessar as acções armadas no interior de Moçambique. De acordo com uma fonte ligada às conversações, este facto e a circunstância de, no seio da Comissão Tripartida, «os membros do Governo de Moçambique nunca dirigirem directamente a palavra aos representantes da Renamo» geraram «mal-estar» na delegação da organização re-

belde, que «se queixa de os sul-africanos estarem conluídos com Jacinto Veloso».

Na entrevista que concedeu em Genebra — de onde partiu quinta-feira, presume-se que para Lisboa de novo — Evo Fernandes fez mais uma vez questão de reafirmar as condições do seu agrupamento com vista a um cessar-fogo: eleições gerais em Moçambique, abolição do sistema de partido único, «reconhecimento e garantias dos direitos básicos dos cidadãos moçambicanos», criação de «um sector empresarial privado», «restabelecimento do sistema de regulado».

Entre as especulações suscitadas pelo possível regresso a Lisboa do secretário-geral da Renamo, a mais «bombástica» que corria é a de que ele se irá encontrar, na capital portuguesa, com o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano.

Alves Gomes

em Pretória e no Maputo.

Benjamim Formigo
e Fernanda Barão